



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2000

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 6 – nº 11, novembro de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, novembro, 2000, vol. 6, nº 11.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional

ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o governo central obteve superávit de R\$ 1,2 bilhão nas suas contas primárias, acumulando no ano resultado de R\$ 22,6 bilhões, ou aproximadamente 2,3% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,4 bilhão e R\$ 26,1 milhões, respectivamente.

Em novembro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 1,2 bilhão, acumulando no ano R\$ 22,6 bilhões, ou cerca de 2,3% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Out 2000	Nov 2000	Jan-Nov 1999	Jan-Nov 2000
I. RECEITA TOTAL	19.977,5	20.147,0	188.106,6	210.813,9
I.1. Receitas do Tesouro	15.482,4	15.629,7	146.117,9	162.769,0
I.1.1 Receita Bruta	16.122,0	16.067,4	150.973,9	169.937,2
I.1.2. (-) Restituições	(568,4)	(367,9)	(4.166,0)	(6.244,8)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(71,3)	(69,7)	(690,0)	(923,4)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.495,2	4.517,3	41.988,6	48.044,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.356,8	3.651,7	30.672,2	36.616,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	16.620,7	16.495,3	157.434,4	174.197,8
IV. DESPESA TOTAL	15.653,4	15.231,1	133.575,1	151.251,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.345,7	4.443,6	43.248,4	48.950,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.405,5	5.885,5	49.836,4	56.072,1
IV.3. Custeio e Capital	5.902,1	4.902,1	40.490,4	46.229,4
IV.3.1. Despesas do FAT	555,1	344,9	5.004,0	5.060,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.271,6	184,3	2.447,6	3.231,6
IV.3.3. Outras Despesas	4.075,4	4.372,9	33.038,8	37.937,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	967,4	1.264,2	23.859,3	22.946,1
V.1. Tesouro Nacional	1.877,7	2.632,3	31.707,0	30.973,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(910,4)	(1.368,2)	(7.847,7)	(8.027,2)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(45,7)	(26,1)	(636,9)	(370,6)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	921,7	1.238,0	23.222,4	22.575,5
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,65%	2,28%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Nov2000/Nov1999	
Receitas	12,1%
Tesouro	11,4%
Previdência	14,4%
Transferências	19,4%
Receita Líquida	10,6%
Despesas	13,2%
Benefícios	12,5%
Pessoal	13,2%
Custeio e Capital	14,2%

No ano, o resultado acumulado do governo central foi equivalente a 2,3% do PIB estimado para o período, 0,4 ponto percentual inferior ao observado em igual período de 1999. Tal comportamento está associado ao desempenho observado nas receitas líquidas, as quais apresentaram, até novembro, redução de 0,4 ponto percentual do PIB em relação ao ano passado. De um lado, destaca-se o aumento nas transferências a estados e municípios da ordem de R\$ 5,9 bilhões, decorrente do crescimento das receitas compartilhadas e das demais

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,5%	21,3%
Transferências	3,5%	3,7%
Receita Líquida	18,0%	17,6%
Despesa Total	15,3%	15,3%
Resultado Primário	2,7%	2,3%

transferências da União. De outro, as receitas extraordinárias, que até novembro de 1999 somaram aproximadamente R\$ 20,6 bilhões, este ano atingem R\$ 10,1 bilhões.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,6%	3,1%
Previdência Social	-0,9%	-0,8%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	2,7%	2,3%

Com respeito à Previdência Social (RGPS), o déficit acumulado no ano reduziu-se em 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período de 1999. O incremento de 14,4% nas receitas líquidas foi determinante na melhora desse resultado: observa-se crescimento das receitas do Simples, dos depósitos judiciais, dos ganhos decorrentes da sub-rogação de serviços, e, principalmente, da arrecadação corrente (contribuições) que, entre janeiro e novembro de 2000, foi R\$ 4,9 bilhões superior àquela observada em igual período do ano passado. No mês, o déficit de R\$ 1,4 bilhão, acima do que se vinha registrando nos meses anteriores, está associado ao pagamento de parte do 13º salário no último dia de novembro.

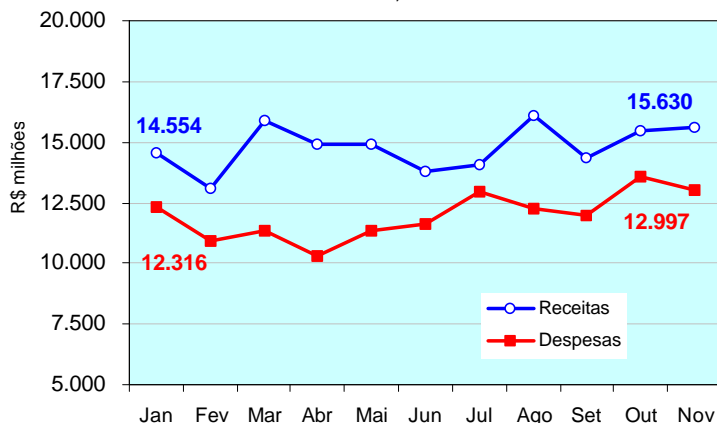
Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional foi de R\$ 31,0 bilhões até novembro, ligeiramente inferior, em termos nominais, ao obtido no mesmo período de 1999. Em proporção do PIB, houve queda de 0,5 ponto percentual no resultado do Tesouro, sendo o destaque o aumento nas transferências a estados e municípios, as quais passaram de 3,5% do PIB, em 1999, para 3,7% este ano. As despesas mantiveram-se praticamente constantes no período, com os itens "pessoal e encargos" e "custeio e capital" atingindo 4,95% e 4,68% do PIB, respectivamente. As receitas líquidas caíram 0,2 ponto percentual do PIB, com destaque para a redução nos impostos (IR, IPI etc) e nas receitas extraordinárias, e aumento nas contribuições, em especial na CPMF e na Cofins.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,70%	16,47%
Transferências	3,51%	3,71%
Despesas do Tesouro	9,57%	9,63%
Resultado Primário	3,62%	3,13%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000



Em novembro, a arrecadação bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 15,6 bilhões, contra R\$ 15,5 bilhões obtidos em outubro. Os fatores que influenciaram positivamente o comportamento das receitas no mês foram a ocorrência de cinco semanas de fato gerador em novembro, contra quatro semanas do mês anterior, refletindo na arrecadação do IRRF (20,6%) e do IOF (21,2%); e a arrecadação atípica da Cofins, decorrente do pagamento de dívida ativa da União, no valor de R\$ 411,0 milhões.

Por outro lado, reduziram-se as receitas do IRPJ (39,3%) e da CSLL (36,7%), em função do recolhimento da primeira cota ou cota única desses tributos em outubro, sem correspondência em novembro; e reduziu-se a CPMF, em função da receita adicional proveniente da cassação de liminares ter sido de R\$ 131,0 milhões esse mês, enquanto no mês passado foi de R\$ 365,0 milhões. Adicionalmente, houve, em outubro, o pagamento trimestral da quota-parte de compensações financeiras referente a petróleo e gás natural no montante de R\$ 322,2 milhões, também sem correspondência em novembro.

Apesar disso, a arrecadação atípica da Cofins contribuiu para manter a receita de novembro R\$ 147,3 milhões acima da de outubro, apesar do desempenho obtido naquele mês.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 169,9 bilhões, apresentando incremento de 12,6% em relação à receita obtida entre janeiro e novembro de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, verificou-se decréscimo de 0,2 ponto percentual em decorrência do maior ingresso de receitas extraordinárias ocorrido em 1999.

Particularmente nos impostos, a redução foi de 0,4 ponto percentual do PIB, com destaque para a queda na arrecadação do imposto de importação sobre petróleo, devido à redução da alíquota de 9,0% para 6,0% a partir de janeiro de 2000; e queda no IRRF sobre Rendimentos de Capital, por conta da redução do rendimento das aplicações financeiras e do recolhimento elevado, em 1999, relativo às operações de *swap*.

Por outro lado, as contribuições sociais cresceram 0,9 ponto percentual do PIB devido aos seguintes fatores: i) reintrodução da cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% a partir de 17/06/1999 até 30/06/2000, produzindo receita de R\$ 13,3 bilhões em 2000, contra R\$ 6,4 bilhões até novembro de 1999; e ii) elevação da alíquota da Cofins de 2,0% para 3,0%, com obrigatoriedade do pagamento pelas instituições financeiras, totalizando R\$ 36,1 bilhões até novembro, contra R\$ 29,2 bilhões em idêntico período de 1999.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em novembro, houve arrecadação atípica de Cofins no valor de R\$ 411,0 milhões, referente ao pagamento de dívida ativa da União.

A arrecadação atípica da Cofins contribuiu para manter a receita de novembro um pouco acima da de outubro, apesar do desempenho obtido naquele mês.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	8,3%	7,9%
Imposto de Renda	5,2%	5,1%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,4%	1,1%
Contribuições Sociais	6,5%	7,5%
Cofins	3,3%	3,7%
CPMF	0,7%	1,4%
CSLL	0,8%	0,9%
Outras	1,7%	1,6%
Demais	2,4%	1,8%
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	1,0%	0,5%
Outras	0,9%	1,2%
Total Bruto	17,3%	17,2%

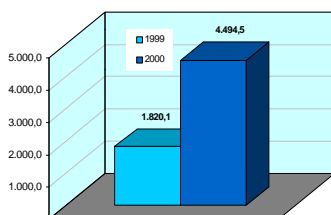
Boxe 1 – Reajuste dos combustíveis

No dia 23/11, os preços da gasolina e demais derivados de petróleo foram reajustados em 11% nas refinarias. A partir do 2º trimestre de 2001, os preços de faturamento dos derivados serão reajustados trimestralmente, com base nas cotações diárias do petróleo *Brent Dado* e na taxa de câmbio. Com essa regra, a PPE deverá atingir entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,5 bilhões em 2001, sendo a diferença em relação ao valor previsto na proposta orçamentária compensado com um melhor desempenho da Petrobras.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 3,0 bilhões, cerca de 0,6 pontos percentuais do PIB comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento pode ser explicado, em grande parte, pela ausência de superávits acumulados da conta petróleo em 2000, ao passo que até novembro de 1999 a arrecadação totalizou R\$ 2,4 bilhões; e ii) pela menor arrecadação de concessões de serviços públicos. Até novembro deste ano foram obtidos R\$ 5,2 bilhões com essa rubrica, enquanto que em igual período de 1999, foram arrecadados R\$ 9,1 bilhões. Vale lembrar, desse montante, R\$ 2,3 bilhões foram decorrentes da antecipação de parte do valor a ser pago em agosto de 2000, por conta da alienação do sistema Telebras.

Em contrapartida, até o período, foram recolhidos 4,5 bilhões a título de depósitos judiciais, contra R\$ 1,8 bilhão no ano anterior. Além disso, observa-se o recolhimento adicional de R\$ 78,8 milhões na arrecadação de dividendos da união, pagos pelas empresas estatais.

Recolhimento de Depósitos Judiciais
(Acumulado no ano em R\$ milhões)


RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS
Acumulado Jan-Nov

	R\$ milhões	
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Depósitos Judiciais /1	1.820	4.494
Conta Petróleo	2.398	0
Desistência de Ações Judiciais /2	4.682	0
Tributação s/ Operações de Hedge /2	2.187	412
Efeito da Desvalorização Cambial /3	400	0
Concessões	9.095	5.167
TOTAL	20.582	10.073
% PIB	2,4%	1,0%

1/ Apropriação no âmbito da Lei 9.703/98

2/ Em conformidade com a Lei 9.779/99

3/ Concentrado na arrecadação do IRPJ e CSLL

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Acumulado Jan-Nov

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	21.174,7	18.207,9
Conta Petróleo	2.398,3	-
Dividendos da União	1.463,3	1.542,1
Concessões	9.095,1	5.167,0
Outras	8.218,0	11.498,8

As outras receitas do Tesouro cresceram R\$ 3,3 bilhões quando comparadas a 1999, sendo que as rubricas mais representativas este ano são: i) *royalties* pagos pela Petrobras, com arrecadação de R\$ 2,1 bilhões; e ii) receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), com recolhimento para o Tesouro de cerca de R\$ 670,8 milhões.

**Transferências
a estados e
municípios**

Entre janeiro e novembro, as transferências a estados e municípios atingiram 3,7% do PIB, situando-se 0,2 ponto percentual acima do registrado em igual período de 1999. Em termos nominais, houve aumento de 19,4%, que correspondeu a um acréscimo de R\$ 5,9 bilhões no montante transferido a esses

entes da Federação. Essa evolução, vale ressaltar, está associada, em grande medida, ao comportamento das receitas tributárias compartilhadas.

As transferências decorrentes da Lei Complementar nº 87/96 permaneceram praticamente constantes em proporção do PIB. Em valores nominais, no entanto, houve redução correspondente a R\$ 126,8 milhões em relação a 1999. Vale lembrar que, naquele ano, foram efetuadas transferências extraordinárias em função da alteração na metodologia de cálculo dos valores de entrega, constante do anexo da referida Lei Complementar. Além disso, em 1999 ocorreram repasses adicionais autorizados pela Portaria nº 340/98.

As demais transferências apresentaram aumento de 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 1999. Em valores nominais, houve acréscimo de R\$ 2,9 bilhões, sendo, em sua maior parte, devido ao recolhimento de R\$ 1,8 bilhão em *royalties*, pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), sem paralelo no ano anterior. Houve aumento de R\$ 521,9 milhões verificado na contribuição ao salário-educação decorrente, em alguma medida, do recolhimento dos recursos referentes ao 13º salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro de 2000, ao contrário dos anos anteriores, quando foi efetuado no mês de dezembro. Exceto por isso, essa rubrica segue o comportamento observado das demais variáveis associadas à folha de pagamento do setor privado.

As outras transferências a estados e municípios atingiram R\$ 1,1 bilhão, contra R\$ 400,0 milhões em 1999. Tal crescimento reflete o aumento da participação dos entes subnacionais na quota-parte de compensações financeiras, e, adicionalmente, reflete a emissão de R\$ 382,9 milhões em CFT para os estados e o DF. Vale lembrar, tais títulos foram utilizados para pagamento de dívidas com a União decorrentes da reestruturação da dívida externa (BIB, BEA e Clube de Paris), dos refinanciamentos sob o amparo das Leis nº 7.976/89, 8.727/93 e 9.496/97 e MP nº 1.983-48/99.

Em relação ao mês anterior, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 7,4% focalizada nos gastos com custeio e capital que caíram 16,9%. Em particular, as despesas com subsídios e subvenções econômicas ficaram R\$ 1,1 bilhão abaixo das despesas verificadas em outubro, retornando ao patamar normal, em função do registro, no mês anterior, da equalização de taxas de juros da dívida agrícola securitizada.

No que concerne aos gastos relativos ao FAT, verificou-se queda de 37,9%, o equivalente a uma diminuição de R\$ 210,2 milhões em relação a outubro. Houve redução principalmente nas despesas com seguro desemprego,

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Acumulado Jan-Nov (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	2,8%	2,8%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,4%
Demais	0,2%	0,5%
Total	3,5%	3,7%

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Acumulado Jan-Nov**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	1.078,9	1.600,8
Royalties Lei 9478	-	1.751,5
Fundef	538,4	470,3
Outras	400,0	1.109,0
Total	2.017,3	4.931,7

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

que passaram de R\$ 391,6 milhões, no mês anterior, para R\$ 204,4 milhões, neste mês. No caso do abono salarial, houve liberação apenas para o Pasep, da ordem de R\$ 21,9 milhões, referentes à quarta parcela desse benefício.

As despesas do Tesouro Nacional (pessoal e encargos sociais e custeio e capital), totalizaram em novembro 9,3 bilhões, em relação ao mês anterior houve diminuição de 7,4%.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro totalizaram R\$ 184,3 milhões, apresentando diminuição de R\$ 1,1 bilhão, devido à despesa com subsídio relacionada à securitização das dívidas dos agricultores, registrada no mês anterior. Também, houve diminuição de 30,7% com os gastos da Política de Preços Agrícolas, justificada pela redução ocorrida nas despesas com equalizações de taxas de juros no âmbito dos programas de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF).

Por fim, as demais despesas com custeio e capital aumentaram 7,3% refletindo as liberações ocorridas, em função da abertura de créditos extraordinários para atendimento de despesas relacionadas a situações urgentes e inadiáveis. Em novembro, foram liberados R\$ 104,7 milhões para créditos extraordinários dessa natureza. Ressalta-se, contudo, que tais liberações não comprometem as metas fiscais traçadas a partir da compatibilização com o comportamento das receitas no período.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional registraram pequeno acréscimo (0,05 ponto percentual do PIB), quando comparadas ao mesmo período de 1999. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 4,9% do PIB, permanecendo praticamente no mesmo patamar do período anterior. As despesas de custeio e capital atingiram 4,7% do PIB.

Em termos nominais, a despesa com pessoal cresceu R\$ 5,7 bilhões, o que pode ser explicado por fatores tais como: i) reestruturação de carreiras do funcionalismo ocorrida ao longo deste ano; ii) pagamento integral da folha de dezembro de 1999, ocorrido em janeiro deste ano, enquanto que em janeiro do ano anterior foi pago 70%; e iii) pagamento da segunda e terceira parcelas, ocorrido respectivamente em janeiro e junho deste ano, do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo, em decorrência de decisão judicial.

Como proporção do PIB, as outras despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 3,8% até novembro de 2000. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 4,9 bilhões justificado, principalmente, pelo aumento nas liberações para custeio na área de saúde em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/00. Até novembro de 2000, as despesas de custeio do Ministério da Saúde foram R\$ 2,7 bilhões superiores à igual período de 1999. Além disso, foram liberados recursos da ordem de R\$ 581,3 milhões, relativos a

DESpesas DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Nov (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	4,94%	4,95%
Custeio e Capital	4,63%	4,68%
Despesas do FAT	0,57%	0,51%
Subsídios e Subvenções	0,28%	0,33%
Outras	3,78%	3,84%

créditos extraordinários, em favor de diversos ministérios (Defesa, Integração Nacional, Justiça etc.), para atendimento de situações emergenciais.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações aumentaram 32,0% (R\$ 784,0 milhões) comparativamente à igual período de 1999, basicamente determinados pelo crescimento do subsídio líquido da securitização agrícola registrado em outubro deste ano. Tais subsídios passaram de R\$ 311,0 milhões no acumulado até novembro de 1999, para R\$ 1,1 bilhão em idêntico período de 2000. Por fim, a diminuição de 23,9%, apresentada nos gastos com subsídios às exportações, no âmbito no Proex, decorre das alterações implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para custeio desse programa, conforme MP nº 1.974/2000.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Nov		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	1.006,2	2.002,1
Custeio Agropecuário	148,4	109,0
Investimento Rural	5,1	12,9
Preços Agrícolas	278,0	449,7
- EGF	9,3	2,9
- AGF	226,0	385,3
- Sustentação de preços	42,7	61,5
Pronaf	263,7	305,1
Securitização (Lei 9138)	311,0	1.125,4
Exportação	771,9	587,4
Proex	771,9	587,4
Total	1.778,0	2.589,5

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,4 bilhão em novembro. Comparativamente ao mês anterior, a elevação do déficit foi determinada pelo acréscimo nos benefícios previdenciários, associado ao pagamento de parte do 13º salário aos aposentados e pensionistas.

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 1999-2000				
DISCRIMINAÇÃO	Out	Nov	Jan-Nov	
	2000	2000	1999	2000
Arrecadação Líquida	4.495,2	4.517,3	41.988,6	48.044,9
Arrecadação Bruta	4.862,4	4.867,0	45.167,5	51.870,6
- Contribuição Previdenciária	4.554,0	4.544,1	42.820,7	48.246,1
- Simples	183,1	194,4	1.390,8	1.817,7
- CDP	19,9	7,5	257,9	214,0
- CFTE/FIES	19,7	29,7	-	222,4
- Depósitos Judiciais	47,9	49,0	613,0	836,8
- Refis	28,7	33,5	-	223,6
- Outras Receitas	9,1	8,8	85,2	309,9
(-) Restituição/Devolução	(20,8)	(15,2)	(71,9)	(163,3)
(-) Transferências a Terceiros	(346,4)	(334,5)	(3.107,0)	(3.662,3)
Benefícios Previdenciários	5.405,5	5.885,5	49.836,4	56.072,1
Resultado Primário	(910,4)	(1.368,2)	(7.847,7)	(8.027,2)

Contribuiu para o aumento do déficit da Previdência Social em novembro, o pagamento de parte do 13º salário.

A tabela acima apresenta em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS até novembro deste ano. A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, permaneceu no mesmo patamar, atingindo R\$ 4,5 bilhões. Verificase que o recolhimento do Simples e do Refis apresentaram incrementos de 6,2% e 16,7%, respectivamente. As despesas com benefícios previdenciários tiveram um aumento nominal da ordem de 8,9%, atingindo R\$ 5,9 bilhões. Esse acréscimo é explicado pelo pagamento de cerca de R\$ 400,0 milhões referentes à parcela do 13º salário pago no 1º dia útil de dezembro pela rede bancária, com impacto na conta única do Tesouro em 30 de novembro. Além disso, houve pagamento de R\$ 80,0 milhões, no mês, a título de precatórios judiciais.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Acumulado Jan-Nov (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,80%	4,86%
Benefícios	5,70%	5,67%
Resultado Primário	-0,90%	-0,81%

Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 8,0 bilhões, equivalente a 0,8% do PIB, e inferior ao obtido em igual período de 1999, quando a Previdência atingiu o déficit de 0,9% do PIB. A arrecadação líquida atingiu 4,9% do PIB, montante superior em 0,06 ponto percentual do PIB em relação a 1999. Em termos nominais, as receitas atingiram R\$ 48,0 bilhões em 2000, contra R\$ 42,0 bilhões em 1999, representando crescimento de 14,3%.

Pode-se enumerar os seguintes fatores que têm contribuído para o crescimento da arrecadação, dentre outros: i) o recolhimento proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da nota fiscal pelas empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra (ganhos de sub-rogação), que perfaz R\$ 2,7 bilhões até novembro de 2000, contra R\$ 2,2 bilhões, em 1999; ii) recolhimento de receitas decorrentes do Simples, que até esse mês atingiram R\$ 1,8 bilhão, contra R\$ 1,4 bilhão no ano anterior; e iii) o ingresso de recursos oriundos de depósitos judiciais, da ordem de R\$ 836,8 milhões em 2000, contra R\$ 613,0 milhões em 1999.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 56,1 bilhões até novembro de 2000, contra R\$ 49,8 bilhões registrados em igual período de 1999. Em proporção do PIB, mantiveram-se estáveis, situando-se em torno de 5,7%.

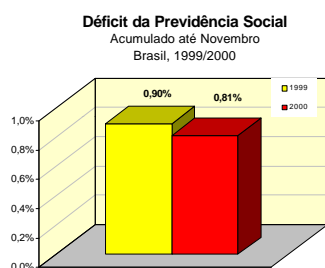
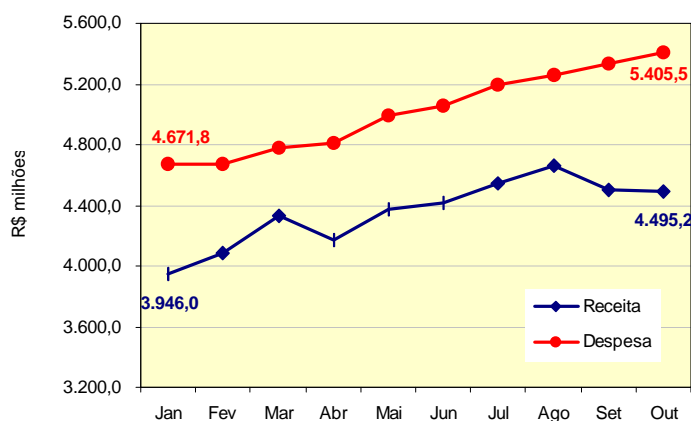
Em termos nominais, as despesas com benefícios cresceram 12,5%, devido ao aumento do valor médio dos benefícios pagos até novembro de 2000, que passou de R\$ 245,2, entre dezembro de 1998 e outubro de 1999, para R\$ 263,9, entre dezembro de 1999 e outubro de 2000. Essa variação decorre do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso (11,0% em abril e 5,8% em junho, respectivamente). Além disso, houve aumento de 3,7% na quantidade média de benefícios concedidos.

Benefícios	2000		
	Set	Out	%
Quantidade*	19,4	19,5	0,3%
Valor Médio**	273,1	273,3	0,1%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

Benefícios	Dez/1998- Out/1999	Dez/1999- Out/2000	%
Quantidade*	18,5	19,1	3,7%
Valor Médio**	245,2	263,9	7,6%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

**Receitas e Despesas da Previdência Social
Brasil, Jan-Nov 2000**


DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 229,9 bilhões no mês de novembro, o correspondente a 21,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Com isso, a dívida líquida situou-se 0,4 ponto percentual do PIB abaixo do registrado em outubro.

Em termos nominais, a dívida líquida reduziu-se em R\$ 2,8 bilhões devido, em particular, à diminuição no estoque da dívida mobiliária interna, de R\$ 4,5 bilhões, e ao aumento de R\$ 1,6 bilhão nos haveres financeiros dos órgãos da administração indireta. Esses fatores mais que compensaram o incremento de R\$ 2,8 bilhões no estoque da dívida externa, fruto da desvalorização cambial ocorrida no mês, e a redução nos haveres contratuais da STN, de R\$ 666,0 milhões.

A redução do estoque da dívida mobiliária interna reflete, por um lado, o grande volume de vencimentos no mês e, por outro, as emissões de títulos públicos em mercado inferiores às ocorridas em outubro, em função da volatilidade no mercado financeiro.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em relação ao PIB foi de 21,4%.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000

	(R\$ milhões)		
	2000		
	Set	Out	Nov
I. DÍVIDA INTERNA	102.209	99.558	93.986
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	399.817	402.310	397.808
Dívida Securitizada	27.815	25.655	25.489
Dívida Contratual da STN	-252.802	-254.437	-253.771
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-226.065	-226.045	-227.505
Demais Dívida Contratuais	-26.737	-28.392	-26.266
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-72.621	-73.970	-75.541
Fat	-51.473	-52.377	-53.248
Demais Entidades	-21.149	-21.593	-22.292
II. DÍVIDA EXTERNA	128.306	133.193	135.948
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	97.785	101.422	103.813
Títulos Depositados em Garantia	-4.707	-4.369	-4.590
Dívida Contratual	36.093	37.029	37.711
Disponibilidades	-865	-889	-986
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	230.515	232.751	229.934
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,8%	21,8%	21,4%

A diminuição no saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional deveu-se, basicamente, à diminuição do estoque da DPMFi no mês.

No mês, a DPMFi em mercado atingiu 37,0% do PIB, ficando 0,7 ponto percentual abaixo do registrado em outubro.

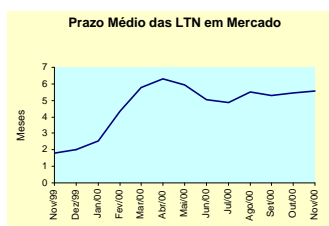
O saldo da Dívida Pública Mobiliária Federal interna em mercado (DPMFi), no mês de novembro, atingiu R\$ 397,8 bilhões, ou 37,0% do PIB, 0,7 ponto percentual inferior em relação a outubro. O Tesouro emitiu em mercado R\$ 12,6 bilhões e resgatou R\$ 21,5 bilhões em títulos, sendo cerca de R\$ 7,0 bilhões com recursos da alienação das ações do Banespa. Com a apropriação de juros no montante de R\$ 4,3 bilhões, o saldo da DPMF em mercado diminuiu R\$ 4,5 bilhões no mês em relação a outubro.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Nov/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	12.228	401	12.628
LFT	6.674	0	6.674
LTN	5.264	0	5.264
Demais	289	401	690
II. Resgates	21.471		21.471
LFT	8.927		8.927
LTN	11.317		11.317
NTN-D	903		903
Demais	324		324
III. Valor líquido (I-II)	-9.243	401	-8.842
TDA			
I. Emissões		38	38
II. Resgates		0	0
III. Valor líquido (I-II)		38	38
Securitizedos			
I. Emissões		25	25
II. Resgates		402	402
III. Valor líquido (I-II)		-377	-377
Total			
I. Emissões	12.228	464	12.692
II. Resgates	21.471	402	21.872
III. Valor líquido (I-II)	-9.243	63	-9.181

Foram emitidos, no mês, LFT com o prazo de até 48 meses e LTN com prazo de até 12 meses.



Em novembro, o Tesouro Nacional realizou cinco leilões de títulos públicos em mercado, em um total de R\$ 12,2 bilhões. Dadas as circunstâncias de mercado, as emissões de novembro concentraram-se em LFT de 4 anos (R\$ 6,7 bilhões) e em LTN de 6 e 12 meses (R\$ 5,3 bilhões).

Ocorreu, ainda, no mês de novembro, leilão de NTN-C, no qual foram vendidos R\$ 275,2 milhões em títulos de cinco anos, entre os quais R\$ 8,9 milhões foram objeto de troca por títulos securitizados. Também foram emitidos R\$ 8,5 milhões em Certificados da Dívida Pública (CDP), adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão.

As emissões diretas em mercado totalizaram R\$ 464,2 milhões, entre as quais, destacam-se: i) R\$ 254,5 milhões em NTN-A e R\$ 1,2 milhão em NTN-D, em operação de troca por US\$ 131,2 milhões em títulos da dívida externa; ii) R\$ 8,7 milhões em dívida securitizada (programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Álcool); iii) R\$ 90,4 milhões em NTN-I, para equalização no âmbito do Proex; iv) R\$ 38,2 milhões em TDA, referentes à desapropriação de terras para fins de reforma agrária; v) R\$ 4,8 milhões em CTN para renegociação de dívidas agrícolas; vi) R\$ 14,8 milhões em dívida securitizada por conta da cessão de Letras Hipotecárias do FCVS; e vii) R\$ 50,0 milhões em CFT-E devido ao Fies.

Em novembro, o Tesouro Nacional realizou emissões diretas em mercado no montante de R\$ 464,2 milhões, sendo R\$ 254,5 milhões para troca de dívida externa.

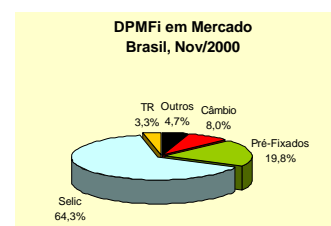
Com as emissões e resgates realizados no mês, o percentual das LTN no total da dívida em mercado caiu para 18,7%. Os títulos pós-fixados, remunerados pela taxa Selic, tiveram elevação de 1,0 ponto percentual em relação ao mês anterior. Entretanto, em contrapartida, houve um aumento no prazo médio e uma diminuição no custo médio dos títulos do Tesouro Nacional. Conforme pode ser observado na tabela 4, a participação dos títulos vinculados ao câmbio continua sua trajetória de queda, tendo ficado em 7,8% do total no mês em análise.

Composição da Dívida

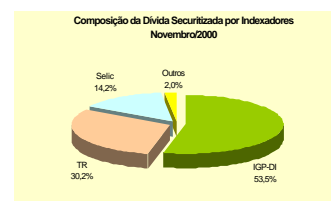
**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFI EM MERCADO
BRASIL, 2000**

(%)

Indexador	2000		
	Set	Out	Nov
Selic	64,7	64,3	65,3
Câmbio	8,1	8,0	7,8
Prefixados	19,3	19,8	18,7
TR	3,3	3,3	3,4
Outros	4,6	4,7	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0



A composição da dívida securitizada manteve-se estável em relação ao mês anterior. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 53,5% desses passivos, seguidos pela TR (30,2%) e Selic (14,2%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do seu estoque.



Custo e Prazo Médios

O custo médio anual da dívida interna total do Tesouro Nacional atingiu, em novembro, 18,88% a.a., contra 20,43% a.a. no mês anterior. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela menor variação cambial ocorrida no mês. É importante observar que o custo médio, tanto das LTN quanto das LFT, caiu de 18,50% a.a. e 16,60% a.a. em outubro, para 18,06% a.a. e 16,51% a.a., no mês em análise, respectivamente.

Em novembro, o custo médio da dívida interna do Tesouro Nacional foi de 18,88% a.a., contra 20,43% a.a. no mês anterior.

TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Nov/2000

Título	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	18,7%	5,56	18,06%
LFT	65,3%	39,91	16,51%
NTN-D	4,5%	10,17	60,10%
NTN-C	1,7%	43,82	16,49%
Demais	9,7%	-	-
Total DPMF (1)	100,0%	31,42	19,35%
Competitivos		15,24	19,56%
Securitizedos (2)		85,92	11,51%
Total Dívida Interna (1+2)		34,71	18,88%

Obs.: Prazo Médio em meses.

Custo Médio em % anual.

O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo-se os cambiais, continua em trajetória de queda, passando de 17,09% a.a. em outubro, para 17,00% a.a. no mês em análise.

Conforme pode ser observado na tabela 6 a seguir, excluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio cai, tanto do total de títulos da DPMF em mercado (de 16,80% a.a. em outubro para 16,45% a.a. em novembro), quanto dos colocados sob oferta pública (17,09% a.a. em outubro para 17,00% a.a. em novembro), confirmando a trajetória de queda do custo médio dos títulos colocados em forma de oferta pública, conforme está evidenciado no gráfico abaixo.

TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999				
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
Set	17,09	18,01	17,38	16,74
Out	16,80	20,96	17,09	20,83
Nov	16,45	19,35	17,00	19,56

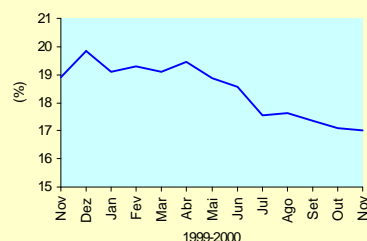
COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

DPMFi - Custo Médio

(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



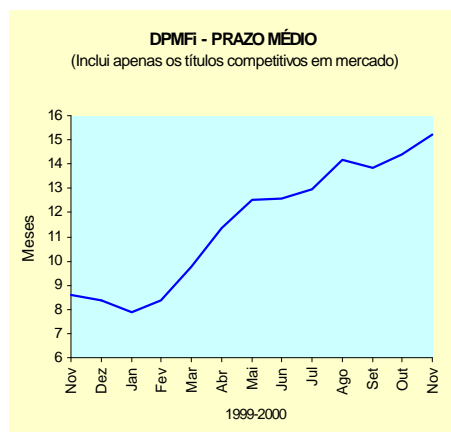
Em novembro, o prazo médio dos títulos da DPMF ofertados em leilões alcançou 15,24 meses, contra 14,38 meses em outubro. Essa elevação se deve ao processo de substituição de títulos vencidos por novos títulos, de prazos mais longos. Além disso, houve em novembro grande volume de emissões de LFT de 48 meses, conforme mencionado anteriormente.

O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública aumentou de 14,38 meses em outubro para 15,24 meses em novembro.

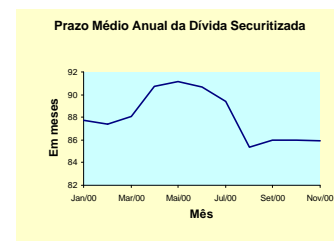
TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999		
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
2000		
Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74
Abr	28,40	11,37
Mai	29,88	12,54
Jun	29,94	12,58
Jul	29,59	12,97
Ago	30,71	14,16
Set	30,22	13,85
Out	30,28	14,38
Nov	31,42	15,24

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio da dívida securitizada manteve-se praticamente inalterado, passando de 85,96 meses em outubro para 85,92 meses em novembro, conforme pode ser observado no gráfico ao lado.



Em novembro, o saldo dos haveres líquidos atingiu R\$ 329,3 bilhões, o que equivale a 30,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve aumento nominal de R\$ 905,1 milhões nos haveres totais do Tesouro Nacional (inclusive fundos, fundações e autarquias).

Haveres Líquidos

TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 2000 (R\$ milhões)

	2000		
	Set	Out	Nov
TOTAL DO TESOURO NACIONAL	-252.802	-254.437	-253.771
Dívida Bancária	40.205	40.227	40.317
Demais Dívidas da STN	2.742	2.677	2.649
Lei 7.976/89	-9.964	-10.228	-10.324
Lei 8.727/93	-44.283	-44.331	-44.441
Lei 9.496/97	-135.812	-135.339	-136.014
Renegociação Dívidas Municipais	-17.825	-17.916	-18.000
Demais Haveres da STN	-87.863	-89.528	-87.959
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-72.621	-73.970	-75.541
FAT	-51.473	-52.377	-53.248
Demais Entidades	-21.149	-21.593	-22.292
TOTAL	-325.423	-328.406	-329.312
TOTAL/PIB	-30,8%	-30,8%	-30,7%
TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,0%	-23,9%	-23,6%

Em novembro, o saldo dos haveres internos líquidos foi de R\$ 329,3 bilhões.

No caso do Tesouro Nacional, o crescimento dos haveres líquidos decorreu, principalmente, da apropriação de juros e atualizações monetárias sobre seus saldos. No que se refere ao saldo dos fundos, autarquias e fundações, seu acréscimo deve-se, à semelhança do mês anterior, ao aumento das disponibilidades do FAT e demais entidades.

Dívida Externa

Em novembro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de 12,7% do PIB.

Em novembro, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 135,9 bilhões, correspondente a 12,7% do PIB estimado para os últimos doze meses, 0,2 ponto percentual acima do registrado em outubro. Esse aumento no saldo da dívida externa em reais deveu-se exclusivamente à variação cambial ocorrida no mês, pois o seu saldo em dólares caiu 0,42% em relação a outubro.

A redução no estoque da dívida externa em dólares foi decorrente do cancelamento do BIB (US\$ 150 milhões) e do DCB (US\$ 630 mil), trocados por NTN-A1 e NTN-D, respectivamente.

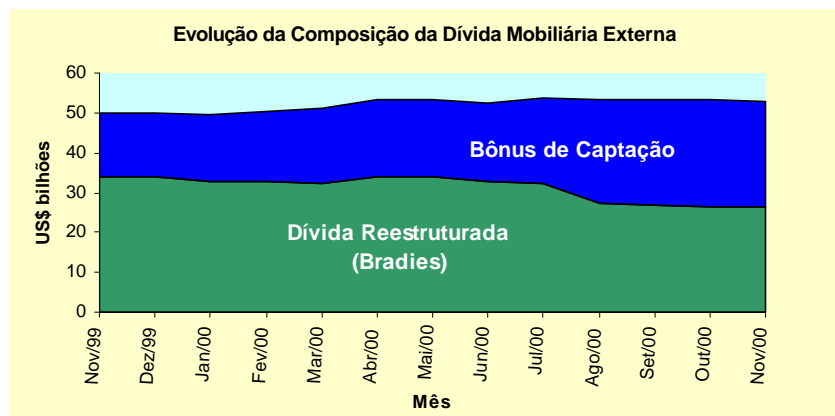
Foram pagos, em novembro, R\$ 896,7 bilhões para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 633,9 milhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 151,8 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 110,9 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 9 a seguir.

Foram pagos, no mês, R\$ 896,7 milhões para quitação de principal, juros e encargos da dívida externa.

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	190,7	706,0	896,7
I.1. Organismos Multilaterais	99,2	52,7	151,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	91,5	19,5	110,9
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	633,9	633,9
BEA/DMLP - Bradies	0,0	2,5	2,5
Bônus Global 2001	0,0	63,6	63,6
Bônus Global 2027	0,0	346,7	346,7
Bônus Global 2040	0,0	0,2	0,2
Bônus Euro 2001	0,0	80,7	80,7
Bônus Euro 2006	0,0	140,3	140,3

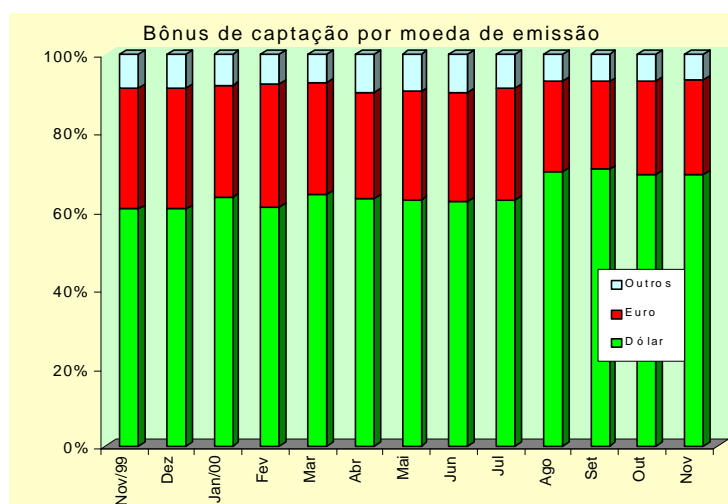
Com os pagamentos e resgates ocorridos no mês, a participação dos bônus da dívida renegociada no total da dívida externa teve redução de 0,1 ponto percentual frente ao mês anterior, tal como demonstrado no gráfico a seguir.

Características

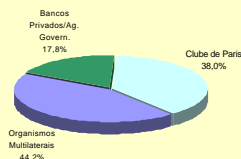


A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa continua sua tendência de queda.

Em relação à composição por moeda relativamente aos bônus de captação, a participação percentual dos títulos em euro apresentou ligeira elevação, passando de 23,7% para 24,0% do total. Ao final do mês, os títulos em dólar representavam 69,2% do valor total dos bônus de captação e as demais moedas 6,7%, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

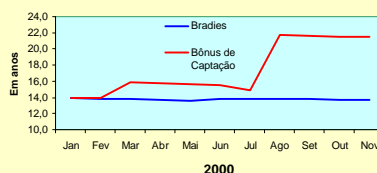
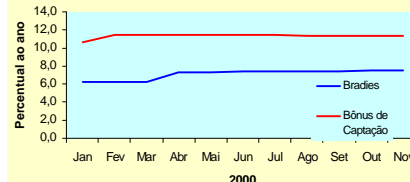


Em novembro, a participação dos títulos em euro apresentou ligeira elevação, da ordem de 0,31 ponto percentual.

**Composição da Dívida Contratual Externa
Novembro/2000**


A dívida contratual externa do Tesouro Nacional está composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivaleu em novembro a 44,2% do total. As dívidas contratuais com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 38,0% e 17,8%, respectivamente.

Devido à aproximação dos vencimentos e à pequena variação em seus saldos, os prazos médios, tanto dos *bradies* quanto dos bônus de captação, apresentaram pequena redução passando de 13,74 e 21,51 anos em outubro, para 13,66 e 21,43 anos em novembro, respectivamente.

**Prazo Médio da Dívida Externa
Brasil, 2000**

**Custo Médio da Dívida Externa
Brasil, 2000**


O custo médio dos *bradies* teve pequena elevação, passando de 7,53% a.a. no mês anterior para 7,54% a.a. no mês em análise. Com relação aos bônus de captação, seu custo médio permaneceu inalterado em 11,32% a.a.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. RECEITA TOTAL	17.257,3	23.072,7	18.499,9	17.148,9	20.203,3	19.110,1	19.313,6	18.198,5	18.588,7	20.774,8	18.851,6	19.977,5	20.147,0
I.1. Receitas do Tesouro	13.324,4	15.933,6	14.553,9	13.065,8	15.869,9	14.940,8	14.941,4	13.778,8	14.042,2	16.113,1	14.351,0	15.482,4	15.629,7
I.1.1 Receita Bruta	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.302,2	16.222,4	15.163,1	15.193,3	14.958,7	15.273,3	17.733,6	14.743,4	16.122,0	16.067,4
- Impostos	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2
- Contribuições	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0
- Demais	930,2	1.600,6	1.126,2	879,7	1.220,6	1.909,3	2.321,1	1.630,8	1.580,4	3.875,4	1.178,7	1.403,7	1.082,1
I.1.2. (-) Restituições	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.932,9	7.139,0	3.946,0	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.798,6	3.109,2	3.365,2	3.220,2	3.325,1	3.455,6	3.384,3	3.011,6	3.167,3	3.456,5	3.221,8	3.356,8	3.651,7
II.1. Transferências Constitucionais	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4
II.2. Lei Complementar 87/96	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4
II.3. Demais	235,2	319,3	378,4	405,8	334,7	335,9	359,2	485,5	750,2	519,1	336,2	421,9	604,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	14.458,7	19.963,5	15.134,7	13.928,7	16.878,2	15.654,5	15.929,3	15.186,9	15.421,4	17.318,3	15.629,8	16.620,7	16.495,3
IV. DESPESA TOTAL	13.157,2	21.725,7	13.622,4	12.411,9	12.831,5	11.678,0	12.978,8	13.661,2	15.006,0	14.059,1	14.118,4	15.653,4	15.231,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.012,5	5.944,5	5.409,7	4.285,0	4.199,4	4.063,1	4.196,7	4.490,3	5.116,7	4.178,0	4.222,1	4.345,7	4.443,6
IV.1.1. INSS	239,1	357,2	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6
IV.1.2. Demais	3.773,4	5.587,3	5.137,5	4.016,4	3.965,4	3.807,4	3.961,0	4.214,5	4.798,4	3.953,2	3.967,9	4.082,7	4.180,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.153,7	8.703,7	4.671,8	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5
IV.3. Custeio e Capital	3.991,1	7.077,6	3.540,8	3.456,2	3.850,8	2.804,2	3.786,6	4.114,3	4.689,6	4.620,7	4.562,1	5.902,1	4.902,1
IV.3.1. Despesa do FAT	359,0	555,4	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9
- Abono e Seguro Desemprego	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3
- Demais Despesas do FAT	64,7	53,9	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	193,2	138,2	23,0	101,0	258,6	175,5	217,7	133,1	237,0	364,2	265,5	1.271,6	184,3
- Operações Oficiais de Crédito	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	46,2	47,1	0,3	52,7	75,2	84,1	99,2	70,1	86,4	27,6	51,3	34,1	61,1
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.438,9	6.384,0	3.202,8	2.918,3	2.938,6	2.414,0	2.941,3	3.606,8	3.946,4	3.697,6	3.823,6	4.075,4	4.372,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.301,4	(1.762,2)	1.512,3	1.516,9	4.046,7	3.976,5	2.950,5	1.525,7	415,4	3.259,2	1.511,4	967,4	1.264,2
V.1. Tesouro Nacional	2.522,3	(197,6)	2.238,2	2.104,5	4.494,7	4.617,9	3.573,7	2.162,7	1.068,5	3.857,9	2.345,1	1.877,7	2.632,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(1.220,8)	(1.564,6)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(63,3)	(106,5)	(43,1)	(62,0)	(49,2)	(43,0)	(82,2)	59,8	(55,2)	(24,2)	0,3	(45,7)	(26,1)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.238,1	(1.868,7)	1.469,2	1.454,9	3.997,5	3.933,5	2.868,3	1.585,5	360,2	3.234,9	1.511,8	921,7	1.238,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(862,9)	522,9	(324,2)	926,8	954,5	(1.764,4)	320,4	210,1	37,8	1.417,9	258,7	(2.403,4)	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	375,2	(1.345,8)	1.145,0	2.381,7	4.952,0	2.169,1	3.188,7	1.795,6	398,0	4.652,8	1.770,5	(1.481,8)	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	1.716,9	3.061,1	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,4)	(7.998,3)	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.092,2	1.715,3	(1.740,7)	(980,7)	2.015,2	(4.750,3)	(3.359,7)	(1.490,4)	(2.284,2)	(1.296,8)	(1.156,9)	(9.480,1)	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	13.052,5	19.264,4	12.008,9	13.322,7	15.766,5	14.675,5	14.487,0	14.584,9	12.813,7	14.983,9	14.355,7	15.349,3	16.982,0
I.1 - Recolhimento Bruto	12.531,6	18.432,7	11.203,4	12.773,3	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	368,9	493,0	396,8	512,7	605,3	934,7	520,3	725,7	506,6	1.035,6	660,7	1.151,2	652,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	206,9	396,9	475,9	160,9	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,8	1,9	4,3	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7
II. DESPESAS	12.742,4	16.815,9	12.061,0	12.670,6	13.490,9	14.770,4	14.549,9	15.922,9	15.285,2	17.442,6	13.736,4	18.915,5	16.725,6
II.1 - Liberações Vinculadas	3.389,2	3.638,4	4.180,8	3.884,5	3.402,5	3.282,1	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	147,0	266,0	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2
II.1.4 - Outras Vinculações	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5
II.2 - Liberações Ordinárias	9.353,3	13.177,5	7.880,2	8.786,1	10.088,4	11.488,3	9.165,8	12.343,3	11.835,1	13.393,0	9.833,8	14.959,2	12.375,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.107,7	6.003,7	5.663,3	4.264,3	4.034,5	3.988,8	4.194,9	5.193,9	4.781,8	4.218,7	4.302,1	4.299,2	4.489,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.036,7	848,6	353,1	541,4	773,5	2.710,6	650,0	1.019,3	663,5	797,2	627,0	3.489,2	936,6
i) Dívida Contratual Interna	488,5	147,0	223,3	199,8	287,1	224,0	184,2	210,4	209,9	199,5	225,1	715,9	164,2
ii) Dívida Contratual Externa	548,1	701,6	129,8	341,6	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	446,9	722,3	467,3	1.333,0	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	4.817,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6
II.2.4 - Custeio e Investimento	3.532,2	5.455,8	1.291,4	2.488,4	2.333,7	2.337,9	2.514,8	3.978,4	3.780,0	3.065,6	3.079,2	3.944,6	3.713,4
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	229,7	147,1	105,0	158,9	262,3	187,3	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	310,1	2.448,5	(52,0)	652,2	2.275,6	(94,8)	(62,9)	(1.337,9)	(2.471,5)	(2.458,7)	619,2	(3.566,2)	256,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	22.054,2	18.532,5	26.097,4	31.181,1	45.022,3	28.626,7	16.439,7	15.811,7	22.164,8	30.527,6	14.139,6	20.692,9	19.875,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	6.252,5	765,0	2.207,3	1.711,3	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.578,4	6.652,0	1.769,2	3.398,7	7.661,7
V. DESPESAS	15.427,6	30.029,3	21.446,6	27.400,9	36.372,6	26.252,5	22.969,0	17.598,4	19.559,8	32.969,3	17.216,9	26.051,4	28.745,1
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	13.452,7	27.235,5	21.104,9	26.631,1	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	32.113,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.743,9	2.564,7	341,7	769,7	2.022,8	545,9	640,6	2.810,0	1.126,2	855,5	724,5	2.589,7	707,4
V.2.1 - Dívida Interna	1.567,2	114,6	284,7	392,2	514,5	279,8	478,9	322,4	343,3	583,7	446,2	2.098,9	417,3
V.2.2 - Dívida Externa	176,7	2.450,1	57,0	377,5	1.508,2	266,1	161,7	2.487,6	782,9	271,8	278,3	490,9	290,1
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	231,1	229,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	2.349,1	(9.468,0)	2.785,1	2.838,8	7.221,2	(127,9)	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)	(8.238,1)	(4.122,1)	(6.167,5)	(15.824,3)
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	1.769,5	(37.372,5)	(3.617,4)	(11.138,2)	814,7	(3.856,9)	11.901,3	8.038,2	14.032,8	3.621,8	1.315,5	(4.550,6)	2.417,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	8.706,2	(46.420,8)	981,4	(6.705,8)	11.740,0	(1.577,6)	5.309,1	4.913,6	14.166,2	(1.278,5)	(1.142,7)	(13.475,3)	(6.196,4)

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.414,5	3.460,2	1.183,2	2.670,8	4.234,0	6.635,8	25.196,5	12.958,2	18.393,2	8.126,8	4.454,1	1.254,6	6.851,1
I.1. Emissão de Títulos	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.456,3	1.614,4	1.138,6	947,8	882,4	1.062,6	739,5	774,9	932,6	994,6	1.315,6	1.188,7	990,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	76,5	64,3	44,6	39,8	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5
II. DESPESAS NO BACEN	645,0	40.832,7	4.800,6	13.809,0	3.419,3	10.492,7	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9
II.1. Resgate de Títulos	511,6	37.618,4	4.732,3	13.176,7	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4
II.2. Encargos da DPMF	133,4	3.214,3	68,3	632,3	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5
III. RESULTADO (I - II)	1.769,5	(37.372,5)	(3.617,4)	(11.138,2)	814,7	(3.856,9)	11.901,3	8.038,2	14.032,8	3.621,8	1.315,5	(4.550,6)	2.417,2

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	8,5	-	6,4	-	-	-	-	-	6,5	-	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9
VI. TOTAL	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. DÍVIDA INTERNA	99.796,4	95.867,4	103.403,9	99.623,5	106.160,7	110.796,9	104.763,7	106.489,4	105.926,7	100.978,1	102.208,7	99.558,1	93.985,9
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4
Dívida Bancária	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8
CVS	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2
Certificados de Privatização	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0
INSS	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9
Lei 7.976/89	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1
Bônus Renegociação	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5
Lei 8.727/93	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0
Lei 9.496/97	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7
Recebíveis das Estatais	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-21.948,0
Outros	-9.670,7	-20.833,6	-21.030,5	-21.248,9	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6
Fat	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2
Demais Entidades	-18.346,5	-18.573,2	-18.901,0	-18.841,8	-18.817,3	-18.927,4	-19.517,7	-20.199,0	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.592,7	-22.292,5
Créditos das Operações Oficiais	-9.865,6	-9.239,8	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7
Arrecadação a Recolher	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.952,6	-4.041,4	-3.327,1
II. DÍVIDA EXTERNA	125.310,2	116.769,1	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3
Dívida Mobiliária	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1
Títulos Depositados em Garantias	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5
Dívida Contratual	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1
Disponibilidades	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	225.106,6	212.636,5	220.888,9	215.445,8	222.885,3	236.224,7	231.752,7	230.828,5	230.620,9	228.358,6	230.514,7	232.751,0	229.934,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,8%	22,1%	22,7%	21,9%	22,5%	23,7%	23,1%	22,7%	22,4%	21,9%	21,8%	21,8%	21,4%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	65.200,7	60.665,6	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0
Brazil Investment Bond (BIB)	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2
Par Bond (PB)	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7
Discount Bond (DB)	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7
Debt Conversion Bond (DCB)	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3
New Money Bond (NMB)	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0
Eligible Interest (EI)	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	30.655,1	28.519,0	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1
Bônus Samurai	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3
Bônus Global	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7
Bônus Marco Alemão 2007	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9
Bônus Parallel Franco	295,6	274,9	266,6	260,0	254,6	251,4	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6
Bônus Parallel Florim	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3
Bônus Parallel Xelim	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4
Bônus Global 2027	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6
Bônus EuroIira	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0
Bônus Eurosterling 2007	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	408,7	407,7	415,4	419,6
Bônus Euro 2003	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5
Bônus Global 2008	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5
Bônus Marco Alemão 2008	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5
Bônus Global 2004	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8
Bônus Euro 2002	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4
Bônus Euro 2004	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5
Bônus Global 2009	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2
Bônus Euro 2006	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1
Bônus Euro 2001	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8
Bônus Global 2020	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6
Bônus Euro 2010	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7
Bônus Global 2030	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4
Bônus Samurai 2003	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(5.914,8)	(4.495,7)	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)	(4.589,5)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(784,1)	(823,3)	(807,9)	(785,9)	(812,5)	(824,3)	(835,8)	(949,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)	(986,3)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	125.310,2	116.769,1	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,3%	12,2%	12,1%	11,8%	11,8%	12,6%	12,6%	12,2%	12,1%	12,2%	12,2%	12,5%	12,7%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	465.702,3	452.408,4	456.893,7	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.176,6
I. Dívida com Mercado	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4
LTN	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5
LFT	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3
LFT-A	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0
LFT-B	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4
LFT-E	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5
NTN-A	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1
NTN-C	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3
NTN-D	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1
NTN-I	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3
NTN-P	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5
NTN-S	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-
CFT-D	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5
Demais	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4	15.346,0	15.514,8	15.388,1	15.706,9
II. Dívida com BACEN	71.979,7	53.875,5	50.149,3	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.368,2
LTN	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4
LFT	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3
LFT-A	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6
NTN-A	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.769,1
Demais	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9
III. Títulos em Tesouraria	67.292,4	51.754,2	52.182,1	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	34,6%	36,1%	36,5%	36,6%	37,1%	37,5%	38,3%	38,4%	38,1%	37,6%	37,9%	37,7%	37,0%

Obs: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/1999	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2000
I. INTERNA	-63.867,4	-64.059,9	-65.829,6	-66.291,5	-66.036,8	-65.966,8	-68.518,5	-69.746,5	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.969,6	-75.540,7
Dívida contratual	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4
FAT	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2
Aplicações financeiras	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0
Fundos Regionais	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.510,2	-11.526,6	-12.068,3	-12.247,2	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.056,7	-13.273,4
Demais	-5.775,0	-6.126,4	-6.086,8	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4
II. EXTERNA	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3
Disponibilidades	-784,1	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-64.651,5	-64.883,2	-66.637,5	-67.077,4	-66.849,4	-66.791,1	-69.354,3	-70.695,8	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.858,6	-76.527,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,8%	-6,8%	-6,9%	-6,8%	-6,8%	-6,7%	-6,9%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,1%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em novembro, foram 8,5% maiores que os valores distribuídos no mês de outubro/2000. Esse incremento deveu-se, basicamente, ao pagamento no final de outubro/00 da primeira cota ou cota única do IRPJ, relativa à apuração trimestral (lucro real), impactando as cotas liberadas no dia 10 de novembro/2000.

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, crescimento nominal de 17,4% e 26,6%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a novembro/2000 foram, em termos nominais, 8,7% maiores para o FPM e 17,3% maiores para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em novembro, as transferências por conta do IPI apresentaram acréscimo de 3,6% e comparação aos valores transferidos no mês de outubro. Relativamente a novembro/99, observou-se um aumento nominal de 9,9%. Os valores repassados de janeiro a novembro de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 10,7%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/00 OUT/00	NOV/00 NOV/99	JAN - NOV/00 JAN - NOV/99
1999	1.124,9	1.188,1	12.468,0	-	-	-
2000	1.321,3	1.217,4	13.563,9	+ 8,5%	+17,4%	+ 8,7%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/00 OUT/00	NOV/00 NOV/99	JAN - NOV/00 JAN - NOV/99
1999	996,9	1.049,2	10.999,0	-	-	-
2000	1.262,6	1.163,3	12.907,3	+8,5%	+26,6%	+ 17,3%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

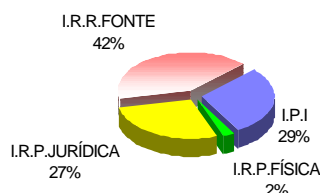
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **novembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/11, 20/11 e 30/11**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	+ 2,2 %	+ 8,5 %	+ 2,2 %	+ 8,5 %	+ 2,8 %	+ 3,6 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em novembro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

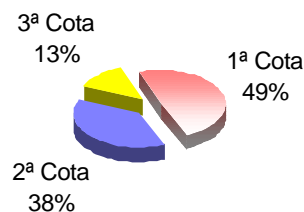
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



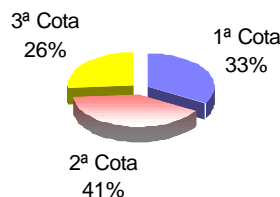
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Out.	568,3	2.307,0	2.875,3						
NOV/2000	1.633,5	4.071,4	5.705,0	NOV/2000	5.872,6	1.073,2	1.123,1	144,9	413,2
1º Dec./Nov.	686,6	1.558,0	2.244,7	3º Dec./Out.	2.875,3	525,5	549,9	48,3	198,3
2º Dec./Nov.	449,4	303,2	752,6	1º Dec./Nov.	2.244,7	410,2	429,3	58,4	158,4
3º Dec./Nov.	497,5	2.210,2	2.707,7	2º Dec./Nov.	752,6	137,5	143,9	38,2	56,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.169,22	36.714,79	3,56	7.647,54
AL	26.659,98	44.646,95	120,87	13.333,60
AM	14.931,75	29.947,08	1.784,18	8.592,93
AP	4.024,49	36.618,20	38,06	7.519,82
BA	101.836,58	100.841,72	8.026,02	51.297,77
CE	57.135,93	78.740,94	1.380,81	25.638,02
DF	2.726,48	7.407,35	4,10	2.493,04
ES	20.239,37	16.098,27	6.498,12	8.882,83
GO	41.772,58	30.512,66	902,68	14.075,91
MA	45.351,90	77.467,03	2.103,53	37.113,25
MG	146.307,52	47.806,50	22.789,11	42.612,21
MS	17.086,92	14.295,27	560,61	6.319,62
MT	21.752,74	24.768,80	1.101,01	9.036,44
PA	40.755,10	65.595,09	7.449,06	27.956,34
PB	36.261,17	51.395,34	345,32	15.779,68
PE (3)	57.987,11	74.054,19	1.035,32	23.256,44
PI	27.825,27	46.378,05	172,15	15.496,87
PR	76.500,76	30.943,02	13.990,13	24.634,07
RJ	34.025,54	16.395,55	8.079,51	15.422,69
RN	27.815,75	44.837,98	260,80	13.182,11
RO	10.136,66	30.217,53	129,18	7.360,94
RR	5.347,17	26.623,32	6,29	5.676,21
RS	76.156,82	25.272,14	24.659,70	26.085,58
SC	43.848,58	13.735,05	14.316,48	14.003,87
SE	16.202,32	44.595,43	115,86	10.967,16
SP(4)	148.828,81	10.732,18	28.974,82	44.773,56
TO	17.092,77	46.577,67	26,81	11.309,08
TOTAL	1.124.779,31	1.073.218,09	144.874,09	490.467,58

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril /2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	DEZ/NOV	JAN/DEZ	FEV/JAN
FPM	+ 13,0%	- 5,0%	+ 2,0%
FPE	+ 13,0%	- 5,0%	+ 2,0%
IPI-EXP	+ 2,5%	- 12,0 %	- 3,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 17,0 %
IPI-EXP	+ 8,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2000	29/02/00	Jun/2000	28/07/00
Fev/2000	29/03/00	Jul/2000	30/08/00
Mar/2000	28/04/00	Ago/2000	27/09/00
Abr/2000	30/05/00	Set/2000	24/10/00
Mai/2000	23/06/00	Out/2000	23/11/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de novembro apresentaram um decréscimo de 1,5% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para o ocorrido, a menor transferência de recursos para os estados e municípios por conta dos recursos da LC 87/96. Os valores relativos à Complementação da União apresentaram redução de 60% em virtude de terem ocorrido em outubro as liberações por conta do mês de setembro e o ajuste positivo referente a 1999, inflando a base de comparação.

Origens	Outubro	Partic.	Novembro	Partic.	Nov/ Out
FPM	181.040,3	11,0%	196.556,2	12,2%	8,6%
FPE	174.492,7	10,6%	189.391,4	11,7%	8,5%
IPI-EXP	24.688,5	1,5%	25.566,0	1,6%	3,6%
LC 87/96 LC 102/00	58.182,5	3,5%	43.648,8	2,7%	-25,0%
Compl. União	88.215,8	5,4%	35.305,1	2,2%	-60,0%
ICMS	1.113.803,5	67,9%	1.125.083,5	69,6%	1,0%
Total	1.640.423,3	100%	1.615.551,0	100%	-1,5%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8623, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 410-9271
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L Edifício Anexo 4º andar
CEP 70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

PREVISÃO PARA O BIMESTRE

A estimativa é elaborada com margem de erro e sua confirmação fica a depender do comportamento da arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Nov/Out	Dez/Nov	UF	Nov/Out	Dez/Nov
AC	-2%	5%	PB	5%	6%
AL	0%	3%	PR	-5%	-2%
AP	9%	0%	PE	8%	12%
AM	-3%	0%	PI	-10%	3%
BA	-11%	-1%	RJ	1%	2%
CE	27%	7%	RN	-7%	7%
DF	4%	2%	RS	-23%	2%
ES	24%	2%	RO	-1%	4%
GO	-11%	0%	RR	-3%	9%
MA	-22%	2%	SC	9%	1%
MT	-3%	4%	SP	-17%	0%
MS	-3%	1%	SE	1%	2%
MG	-3%	3%	TO	-1%	2%
PA	-8%	1%			

EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ NOVEMBRO/2000

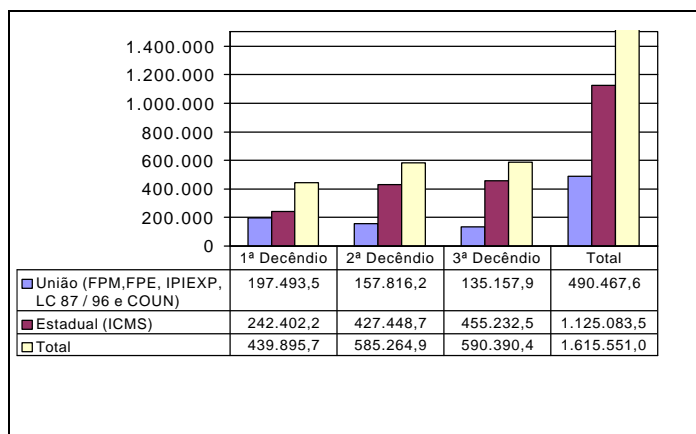
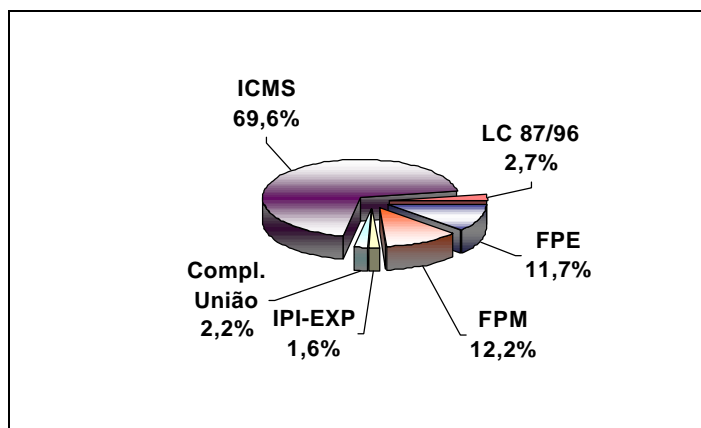
UF	Total Previsto (R\$mil)	Total Executado até Nov (R\$mil)	% Executado	Per capita Executado (R\$)
AC	102.491,8	92.628,4	90%	673,3
AL	228.624,7	207.671,3	91%	322,7
AP	98.888,6	89.333,5	90%	742,6
AM	306.882,6	278.642,0	91%	451,5
BA	1.179.514,2	1.079.576,7	92%	308,1
CE	580.730,3	526.230,2	91%	316,9
DF (1)	42.071,6	21.779,4	52%	63,4
ES	335.724,4	299.524,5	89%	548,8
GO	480.812,1	438.539,8	91%	414,9
MA	505.406,2	458.797,1	91%	296,5
MT	315.277,9	287.504,6	91%	506,7
MS	223.967,3	203.642,3	91%	484,1
MG	1.649.650,6	1.504.099,1	91%	420,4
PA	521.511,0	476.186,6	91%	306,3
PB	287.594,1	260.720,4	91%	319,4
PR	927.264,7	849.959,0	92%	527,6
PE	570.812,9	513.402,7	90%	321,2
PI	243.487,8	221.465,2	91%	307,4
RJ	1.359.593,0	1.231.924,8	91%	619,8
RN	265.624,1	240.656,0	91%	406,6
RS	1.143.968,9	1.044.339,0	91%	649,7
RO	157.595,8	143.505,4	91%	484,2
RR	80.314,3	72.740,7	91%	930,1
SC	574.821,0	524.117,6	91%	578,6
SP	5.076.499,6	4.655.911,3	92%	833,0
SE	195.859,2	177.472,4	91%	445,7
TO	167.683,1	151.880,7	91%	438,0
TOTAL	17.622.671,5	16.052.250,4	91%	488,7

(1) Não há informação de distribuição da parcela de ICMS no período de janeiro a novembro/2000.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — NOVEMBRO/2000 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	6.479,1	1.088,7	0,6	0,0	79,2	1.567,8	9.215,3	67,0	674,6
AL	643.567	7.878,9	4.704,7	21,3	0,0	728,7	6.261,9	19.595,5	30,4	323,3
AM	617.107	5.284,8	2.635,0	314,9	0,0	358,3	19.247,3	27.840,3	45,1	451,8
AP	120.297	6.462,0	710,2	6,7	0,0	340,9	1.874,0	9.393,8	78,1	740,6
BA	3.503.749	17.795,6	17.971,1	1.416,4	12.847,5	1.267,2	51.267,9	102.565,7	29,3	308,4
CE	1.660.368	13.895,5	10.082,8	243,7	0,0	1.416,1	34.284,0	59.922,0	36,1	315,8
DF(2)	343.445	1.307,2	481,1	0,7	0,0	704,0	0,0	2.493,0	7,3	61,6
ES	545.735	2.840,9	3.571,7	1.146,7	0,0	1.323,6	18.856,4	27.739,2	50,8	549,3
GO	1.056.956	5.384,6	7.371,6	159,3	0,0	1.160,4	31.222,3	45.298,3	42,9	414,9
MA	1.547.356	13.670,7	8.003,3	371,2	14.517,7	550,4	12.193,8	49.307,0	31,9	307,0
MG	3.577.550	8.436,4	25.818,9	4.021,6	0,0	4.335,2	109.645,4	152.257,6	42,6	420,3
MS	420.663	2.522,7	3.015,3	98,9	0,0	682,7	13.025,8	19.345,4	46,0	484,5
MT	567.411	4.371,0	3.838,7	194,3	0,0	632,5	21.117,6	30.154,1	53,1	507,2
PA	1.554.720	11.575,6	7.192,1	1.314,5	5.718,9	2.155,2	19.556,3	47.512,6	30,6	306,9
PB	816.403	9.069,8	6.399,0	60,9	0,0	250,0	11.416,2	27.195,8	33,3	319,4
PE	1.598.529	13.068,4	8.830,7	182,7	0,0	1.174,7	29.260,4	52.516,9	32,9	312,5
PI	720.541	8.184,4	4.910,3	30,4	2.221,0	150,8	5.762,8	21.259,7	29,5	307,7
PR	1.611.079	5.460,5	13.500,1	2.468,8	0,0	3.204,6	59.174,3	83.808,4	52,0	527,6
RJ	1.987.687	2.893,3	6.004,5	1.425,8	0,0	5.099,1	109.398,1	124.820,7	62,8	620,0
RN	591.812	7.912,6	4.908,7	46,0	0,0	314,8	11.097,0	24.279,1	41,0	407,1
RO	296.379	5.332,5	1.788,8	22,8	0,0	216,8	7.531,8	14.892,8	50,2	484,7
RR	78.211	4.698,2	943,6	1,1	0,0	33,2	1.547,1	7.223,3	92,4	932,9
RS	1.607.518	4.459,8	13.420,1	4.351,7	0,0	3.854,0	56.028,6	82.114,2	51,1	649,6
SC	905.771	2.423,8	7.738,0	2.526,4	0,0	1.315,6	47.558,5	61.562,4	68,0	578,3
SE	398.230	7.869,8	2.859,2	20,4	0,0	217,7	6.898,1	17.865,3	44,9	446,1
SP	5.589.263	1.893,9	25.751,6	5.113,2	0,0	12.014,8	435.467,3	480.240,8	85,9	831,2
TO	346.765	8.219,6	3.016,4	4,7	0,0	68,4	3.822,7	15.131,8	43,6	438,6
Total	32.844.682	189.391,4	196.556,2	25.566,0	35.305,1	43.648,8	1.125.083,5	1.615.551,0	49,2	488,5

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.